

# TERMINOLOGIA DA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DIGITAL: UM EXERCÍCIO DE CONSTRUÇÃO DE UM GLOSSÁRIO

**Indalécia Andrade Santos**

Arquivista e estudante do Mestrado em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba.  
E-mail: [indaleciasantos27@gmail.com](mailto:indaleciasantos27@gmail.com)

**Virgínia Bentes Pinto**

Bibliotecária e Professora no curso de Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará e Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba.  
E-mail: [ybentes@ufc.br](mailto:ybentes@ufc.br)

**Resumo:** A Terminologia é entendida, ao menos, em duas acepções: como o domínio de conhecimento que estuda os termos adotados nas áreas de especialidades e como o conjunto padronizado dos termos de determinada atividade ou profissão. O objetivo deste artigo é de construir um pequeno glossário de termos e conceitos relacionados ao tema preservação digital. Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, pautada no estudo da literatura científica nacional e internacional referente ao tema. O estudo empírico foi realizado em 13 fontes informacionais, com cobertura da pesquisa do período de 1990 a 2019. Os resultados indicaram que, dos 789 trabalhos, 21 foram selecionados e considerados relevantes. Foi possível montar um quadro com 35 termos e 54 conceitos. Concluiu-se que estudos e pesquisas concernentes aos glossários contribuirão para a estruturação terminológica das atividades profissionais e, naturalmente, padronizar suas Terminologias para reduzir as interferências no processo de comunicação. Também poderão contribuir para se desenvolverem pesquisas sobre a preservação digital e direcionar outros conceitos e termos da área.

**Palavras-chave:** Política de preservação digital. Preservação digital. Glossário. Terminologia. Termos.



## 1 INTRODUÇÃO

Embora já se saiba, nunca é demais repetir que, desde os primórdios da humanidade, os registros do conhecimento foram feitos em materiais diversos: pedras, paredes, placas de barro, madeira, papiro e papel. As inovações dos suportes foram evoluindo e deram origem a novos suportes. Assim, chegou-se ao grande invento da atualidade, que é a desmaterialização dos materiais de registro do conhecimento e, naturalmente, a desconfiança de sua perenidade, fato antes inquestionável.

Considera-se que essa mudança remonta à década de 1940, com a invenção do *Electrical Numerical Integrator and Computer*, o tão conhecido ENIAC. Isso porque essa máquina trazia novidades que, pouco a pouco, proporcionaram a criação de novas invenções e inovações que têm provocado profundas mudanças no estilo de vida do ser humano, tanto no referente à elaboração de produtos e à execução de serviços, quanto à produção e ao registro do conhecimento que ocorrem quase que em tempo real. Esse fato, como era de se esperar, também contribuiu para o surgimento de diferentes nomenclaturas no processo de estruturação das novas descobertas científicas, particularmente, na era digital, o que possibilitou o surgimento de novos termos e, conseqüentemente, a necessidade de estruturá-los de modo a melhorar a comunicação entre os

especialistas.

Ressalte-se, porém, que a preocupação com a Terminologia que surgiu acompanhando o desenvolvimento científico e o tecnológico já vinha sendo discutida, particularmente desde os trabalhos do engenheiro austríaco, Eugen Wüster, e que culminou com a publicação de sua Teoria Geral da Terminologia (TGT) em 1930. Depois desse trabalho, os estudos sobre Terminologia avançaram. Na Espanha, destacaram-se as pesquisas de Maria Tereza Cabré Castellví, e no Brasil, o grupo liderado por Maria da Graça Krieger e o Grupo TEMMA da ECA-USP. Conforme defende Cabré (2003, p. 165), as reflexões de Wüster buscavam, ao menos, três objetivos gerais: eliminar a ambiguidade da linguagem técnica, convencer os técnicos dos benefícios da Terminologia padronizada e “estabelecer a Terminologia como uma disciplina para todos os propósitos práticos e dar a ela o estatuto de ciência”. Cabré (2005, p. 6) avança em suas reflexões e aponta vários aspectos da Terminologia. A autora afirma que, “na vertente aplicada da Terminologia, o processo de trabalho de construção de glossários tem mudado completamente e, com ele, a metodologia a ser seguida” tanto em suportes analógicos quanto digitais, todavia, no caso destes últimos, sem se deter nas questões sobre preservação, tão presentes nos outros suportes.

Na década de noventa, a preocupação com a preservação digital começou a se fazer presente. Hedstrom e Montgomery (1998, p. 7) chamam à atenção para esse fato afirmando que os materiais digitais são muito “vulneráveis à perda e à destruição porque são armazenados em mídias magnéticas e ópticas frágeis que se deterioram rapidamente e que podem falhar repentinamente devido à exposição ao calor e à umidade, contaminantes transportados pelo ar ou dispositivos defeituosos de leitura e gravação”. Em 2003, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), também começou a se preocupar com a preservação do patrimônio cultural e publicou a Carta para a Preservação do Patrimônio Digital – *Guidelines for the Preservation of Digital Heritage*. O capítulo 4, item 4.2, desse guia diz que “a Preservação digital designa os processos a que se recorre com o objetivo de conservar informação e qualquer outro tipo de patrimônio existente em forma digital”. Em contextos brasileiros, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) publicou, em 2005, a Carta para a Preservação do Patrimônio Digital Brasileiro, com o apoio da UNESCO, e defende que “A preservação de documentos arquivísticos tem por objetivo garantir a autenticidade e a integridade da informação, enquanto o acesso depende de os documentos estarem em condições de serem utilizados e compreendidos” (CONARQ, 2005, p. 2). No contexto da Terminologia, termos como política de preservação digital, conversão, migração, encapsulamento, emulação e tantos outros surgiram ou ganharam outros conceitos para atender às exigências técnico-científicas relacionadas à preservação digital.

O trabalho enfoca uma particularidade da contribuição das tecnologias digitais no âmbito da

Ciência da Informação (CI), direcionado a um novo contexto da atualidade, em que se reflete sobre os estudos epistemológicos da Terminologia inserida nos conceitos atribuídos às correntes de pensamento de autores no campo da Política de Preservação Digital (PPD) com as devidas explicações, designações e várias Terminologias. Devido a isso, algumas entrelinhas existentes na literatura em relação ao delineamento dos conceitos cercam a PPD. Então, questiona-se: Quais as legítimas nomenclaturas atribuídas aos termos e aos conceitos relacionados às políticas de preservação digital que pesquisadores vêm adotando em seus discursos científicos? Para responder a essa questão, a proposta de pesquisa teve o objetivo de investigar a literatura nacional e a internacional sobre as políticas de preservação, visando criar um pequeno glossário de termos e conceitos a respeito desse tema.

Em um ambiente provido de um sistema de preservação de registro, é necessário avaliar e manter constantemente as operações referentes aos termos e aos conceitos dos dispositivos informacionais. O fato é que essa era da informação digital tem causado grandes impactos que requerem do pesquisador conhecimentos científicos para elaborar uma terminologia específica. Tal entendimento evidencia que a Ciência da Informação tem se preocupado com esse aspecto, e por ser interdisciplinar, possibilita o diálogo entre várias áreas do conhecimento.

Pinheiro (2005) afirma que a interdisciplinaridade na CI vem desde seus primórdios, embora, naquela época, não se discutisse profundamente sobre esse fato. Nesse desígnio, é tida como um campo de estudo do fluxo informacional, em relação ao acesso, ao uso, à disseminação e à organização. Na preservação das teorias e das práticas informacionais, também se busca uma Terminologia que preconize a designação do termo aos conceitos e que esteja mais próximo do intelecto teórico. Para Cervantes (2004, p. 56), o que aproxima a CI da Terminologia é o fato de ambas contemplarem as necessidades informacionais de atender ao usuário e de terem “diversos instrumentos comuns ou similares para a realização de suas atividades, tais como dicionários, glossários, enciclopédias, sistemas de classificação, tesouros, normas, fontes literárias, informações dos profissionais e especialistas da área, entre outros”.

Dias (2000, p. 92) entende que a Terminologia, como um campo do saber, tem o propósito de contribuir para atender às necessidades específicas de determinado domínio da

[...] diversidade de termos técnicos e científicos advindos das novas tecnologias, a necessidade de comunicação internacional mais eficiente e a crescente demanda por maior rapidez e facilidade na recuperação de informações dispersas em inúmeros bancos de dados, arquivos e outros meios eletrônicos, faz-se necessário o desenvolvimento de sistemas mais avançados e efetivos de organização e gestão de informações, baseados em uma metodologia de processamento de dados terminológicos.

A Organização Internacional de Padronização (ISO) cria normas e padrões corporativos

técnicos de boa qualidade e diretrizes de serviços e produtos como gerenciamento, segurança, sistemas, entre outros para a construção dos objetos terminológicos. No Brasil, temos a Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT – NBR). Segundo a ISO 704 (2000, p. vi, tradução nossa),

a Terminologia é pluridisciplinar e conta com o apoio de várias disciplinas (por exemplo, Lógica, Epistemologia, Filosofia da Ciência, Linguística, Ciência da Informação e Ciências Cognitivas) no estudo dos conceitos e de suas representações numa linguagem especial. Combina elementos de muitas abordagens teóricas que lidam com a descrição, a ordenação e a transferência de conhecimentos.

O enfoque nas noções dos termos relativos ao tema e aos seus derivados foi escolhido justamente para descobrir como se articulam os conceitos no grau de especificidade de cada área, que se ligam aos seus diversos tipos, e como os pesquisadores e os órgãos institucionais vêm divulgando suas informações para disseminar a ciência e a memória institucional, com a colaboração das análises adotadas sobre o conhecimento do conteúdo informacional.

As fontes de informação para a metodologia foram pautadas em pesquisas documentais e bibliográficas, extraídas da ferramenta de pesquisa *Google Scholar* e de *Websites* de instituições de pesquisa. Quanto à natureza, esta é uma pesquisa descritiva, porque se reuniram informações para compor o quadro terminológico.

Assim, nesta pesquisa, pretende-se compilar o máximo de informações e de conceitos-chave da abordagem que contribuam para operacionalizar uma Terminologia específica do termo da PPD, como ferramenta de estudo, e para aqueles que querem perpassar o nível intelectual de conhecimento e ir além das fronteiras, num panorama científico, social e tecnológico.

## 2 ASPECTOS REFERENCIAIS DA TERMINOLOGIA

O século atual, demarcado pela evolução dos saberes, vem cooperando com o campo das definições do estudo científico das palavras de determinada língua, como a Lexicologia, “parte da linguística que se ocupa do léxico” e que, na Terminologia, é afinada nas especificidades científicas, que tem do conceito o seu “núcleo de atenção” (CABRÉ, 1995, p. 6).

É buscando em fontes de estudo, como a Ciência da Informação, a Arquivologia, a Biblioteconomia, a Informática e outros universos linguísticos que a Terminologia tem se enquadrado como campo de estudo dos “conjuntos de termos, ou vocabulário, de determinada especialidade” (DIAS, 2000, p. 90), impulsionada pelos discursos como uma ação produtora humana, em seus mais diversos domínios, como no da arte, da gastronomia, da saúde, da indústria, da ciência e dos demais campos. Cabré (1993, p. 110), ao mencionar a teoria de Wüster, assevera que a Terminologia é um “*campo de encuentro de la lingüística, la ciencia cognitiva, la ciencia de la información, la comunicación y la informática*”, que são campos que estão em constante

evolução a cada novo ciclo. Percebe-se que os pesquisadores vêm ampliando seus conhecimentos nessa temática.

Rocha (2011, p. 80), ao escrever sobre o glossário multilíngue do projeto InterPARES 3 (*International Research on Permanent Authentic Records in Eletronic Systems*), afirma que

um instrumento terminológico é dinâmico e deve refletir as mudanças, os novos aspectos e a obsolescência na área, o que pode implicar na criação de termos novos, bem como na descontinuidade de uso ou alteração de outros termos. Isto se torna evidente no contexto dos documentos digitais, que se traz, junto com a nova mídia, novos processos e desafios, bem como a aproximação com outras áreas.

Segundo Krieger e Finatto (2017, p. 20 e 21), o objeto da Terminologia é o “termo técnico-científico, que marca a identidade da área, embora a fraseologia especializada e a definição terminológica também tenham passado a integrar seus horizontes de pesquisa.” Todavia, no processo de comunicação, além da questão teórica, “o papel maior da área é de organizar e divulgar os termos técnico-científicos como forma de favorecer a univocidade da comunicação especializada.”

Barros (2004) refere que o processo evolutivo da Terminologia termina em uma quebra de paradigma apontada na corrente teórica de Maria Teresa Cabré (1999), autora da Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), que, além de reconhecer a grande contribuição de Wüster, considera a TGT reducionista e idealista, a qual, na visão de Barros (2004, p.7) a TCT, “não aceita a distinção drástica entre unidade terminológica (termo) e unidade lexical da língua geral (palavra)”.

A Unesco, em cooperação com a *International Information Centre for Terminology* (INFOTERM), lançou, em 1984, o Manual de Terminologia preparado por Helmut Felber e a *General Information Programme and UNISIST*, com seus princípios e métodos terminológicos. Segundo o Manual, o primeiro simpósio INFOTERM, que ocorreu na cidade de Viena em 1975, deu origem à Rede de Cooperação Internacional (*International Terminology Network - TERMNET*), uma plataforma que desenvolve produtos e serviços que “visam desenvolver a base científica da Terminologia (teoria geral e princípios terminológicos) e estabelecer uma cooperação mais estreita na preparação de Terminologias e seu registro [...]” (UNESCO, 1984, p. I, tradução nossa).

Para Barros (2004, p. 33), a INFOTERM exerce as funções de

[...] definir informações sobre publicações terminológicas, bibliotecas e centros de documentação especializada em Terminologia, realizar eventos científicos e cursos na área, elaborar material didático e informar sobre instituições e cursos na área, elaborar material didático e informar sobre instituições de ensino que ofereçam formação em Terminologia, sobre projetos desenvolvidos nessa disciplina no mundo todo, princípios e métodos de elaboração de obras terminográficas e sobre organismos nacionais e internacionais de Terminologia.

Segundo Cabré (1999), a TGT é uma teoria sistemática utilizada para dar resposta ao processo de comunicação. Na Terminologia, tem-se o caráter interdisciplinar em unidades linguísticas, cognitivas e comunicativas. Baseada em outros estudos, a autora acrescenta que o domínio da Terminologia se dá através das competências cognitiva, linguística e sociofuncional. Lara (2004, p. 234) enuncia que o caráter interdisciplinar da Terminologia “dá suporte a várias disciplinas no estudo dos conceitos e sua representação em linguagens de especialidade.”

Na visão de Barbosa (1992, p. 155), a Terminologia é um conjunto de palavras técnicas ou científicas e

[...] constitui o vocabulário específico de uma ciência, de uma tecnologia, de um pesquisador ou grupo de pesquisadores, ou de uma área de conhecimento. Qualquer disciplina e, com maior razão, qualquer ciência tem necessidade de um conjunto de termos rigorosamente definidos, pelos quais designa as noções que lhe são úteis: esse conjunto de termos constitui, pois, a sua Terminologia.

Portanto, a Terminologia é importante para compilar e definir os termos e necessária para garantir uma aproximação mais autêntica dos conceitos. O contexto nocional que possibilita alinhar o termo a um domínio específico é imprescindível para que o pesquisador saiba identificar a semântica linguística, o vocabulário e o domínio de cada tema.

### **3 TERMINOLOGIA DA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DIGITAL**

Pearce-Moses (2005), ao compor o Glossário de Terminologia de Arquivos e Registros, publicado pela *Society of American Archivists* (SAA), afirma que o impacto que o léxico arquivístico tem causado em relação às tecnologias digitais, principalmente o número de novos termos técnicos articulados aos conceitos, tem levado o arquivista e outros profissionais da informação a refletirem que,

possivelmente, o impacto mais significativo na linguagem de arquivo e nas fronteiras profissionais resultou dos desafios dos registros eletrônicos. Os registros eletrônicos forçaram os arquivistas a colaborações com diferentes disciplinas. Em resposta, os arquivistas adotaram termos da tecnologia da informação, publicação e gestão do conhecimento (PEARCE-MOSES, 2005, p. 13, tradução nossa).

A literatura técnica da área de domínio da PPD tem uma variação de significados linguísticos no contexto atual das tecnologias digitais de informação e de comunicação. Então, devido ao aumento constante de definições da área, percebe-se a necessidade da consolidação terminológica. No entanto, para entender as definições dos termos no contexto da proposta da pesquisa, foi necessário dividi-los por partes, como a “política de preservação” e a “preservação digital” de informações de dados digitais. A Terminologia “é essencial para representar o conteúdo dos documentos e facilitar o acesso a esse conteúdo” (DIAS, 2000, p. 91).

O termo política é abrangente e envolve os princípios normativos, que têm ligação direta

com o modo de gerir e de produzir documentos. É “definido como um conjunto de normas de cumprimento obrigatório de uma organização específica ou de um conjunto relacionado de unidades orgânicas da administração” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2005, p. 19). A preservação consiste em medidas adotadas em salvaguardar um determinado objeto, para garantir o acesso a ele e evitar danos em longo prazo. É um “conjunto de princípios, políticas e estratégias que orientam as atividades projetadas para assegurar a estabilidade física e tecnológica e proteger o conteúdo intelectual dos materiais (dados, documentos ou documentos arquivísticos)” (INTERPARES, 2012).

Ferreira (2006, p. 71) define a preservação digital como um “conjunto de atividades ou processos responsáveis por garantir o acesso continuado e a longo-prazo à informação e restante do patrimônio cultural existente em formatos digitais”. Na concepção de Márdero Arellano (2008, p.42), é um “conjunto agregado de serviços, políticas e especialistas que constituem o contexto do ciclo de vida da informação digital.”

Sob a ótica de Baggio (2016, p. 121), a política de preservação digital “deve definir, para cada tipo de objeto digital, um conjunto de propriedades e ações que preservem suas características, seu ciclo de vida e sua autenticidade, garantindo a perenidade do seu conteúdo”. Portanto, para cada objeto digital, há uma infinidade de nomenclaturas. Márdero Arellano (2008, p. 190) assevera que a PPD é a “forma mais efetiva de garantir o armazenamento e o uso de recursos de informação por longos períodos de tempo”.

No entendimento de Aubert (2001), a Terminologia tem duas acepções divergentes: uma está relacionada ao conjunto de termos de determinada área ou subárea, como “objeto”, e a outra designa um conjunto de pressupostos e de métodos que direcionam a descrição da linguagem de especialidade como “instrumento”.

Conforme Krieger e Finatto (2017, p. 75), a Terminologia ocupa um espaço como “campo de saber com identidade própria”, composta de três objetos: “termo, fraseologia e definição”. Para Cabré (1995), a tríade é constituída de disciplina (por ser interdisciplinar), prática (métodos e atividade) e produto (termos e vocabulários) decorrente da prática. Sob o ponto de vista de Lara (2004, p. 235), os principais elementos da Terminologia são “os objetos, os conceitos, os termos e as definições”. Para a ISO 704 (2000, p. vi), a base da Terminologia são “os objetos, os conceitos, as designações e as definições”. Díaz (2008, p. 111) enuncia que “a Terminologia suscita controvérsias, pois varia segundo os contextos e os setores profissionais, entre outras questões”. Com essas definições, percebe-se a variedade de acepções de acordo com as particularidades de cada publicação.

Barros (2004) defende que, além de ser uma ciência da linguagem, a Terminologia é uma

disciplina linguística que se detém em estudar conceitos e tem como objeto o estudo dos termos científicos de acordo com cada especialidade linguística. O autor refere que a Terminologia

[...] fornece as bases teóricas e metodológicas para inúmeras pesquisas, tendo aplicações no ensino das línguas (materna e estrangeira), na tradução, na elaboração de obras terminográficas (dicionários especializados), no ensino de disciplinas técnicas e científicas, na documentação, no jornalismo científico, nas ciências sociais, na transferência do saber técnico e científico, na produção industrial e nas políticas linguísticas (BARROS, 2004, p. 34 e 35).

Apesar de a Terminologia abarcar uma linearidade de laços com a Lexicologia, a Lexicografia e a Semântica, elas têm em comum a constituição e a inserção em seu escopo de termos técnicos e científicos que estão no mesmo contexto e que, ao mesmo tempo, disseminam os mais variados significados. De acordo com Andrade (2001, p. 192), “a Terminologia pode ser encarada como uma ‘especialidade’ da Lexicologia, uma vez que trata não de todas as palavras da língua, mas daquelas que constituem as linguagens especializadas”. A contribuição da pesquisa terminológica no domínio temático da PPD define-se por ter ligações com a Biblioteconomia, a Arquivologia, a Museologia, a Ciência e a Tecnologia, entre outros campos do saber que possam subsidiar de maneira direta ou indireta.

### 3.1 Definição Conceitual Dos Termos

Como é de praxe, para cada termo, exige-se um conceito nas reflexões teóricas. A ISO define o termo como “uma designação composta por uma ou mais palavras que representam um conceito geral em uma língua especial” (ISO 704, 2000, p. 24, tradução nossa).

Na representação e na organização da informação dos termos e dos conceitos, na teoria de Dahlberg (1978), considera-se que as características do objeto os levam a definições que se transformam em conceitos e se referem aos objetos representados pelos termos, que são as designações descritas por meio das definições. Nesse dialeto, “os conceitos se referem a objetos e são representados por termos – designações dos conceitos – que são descritos através de definições” (LARA, 2004, p. 235).

No estudo da Terminologia, o estudo das análises terminológicas da PPD se encontra em processo de evolução. Consideramos que existe um avanço, porque, nos vários instrumentos de busca da representação temática, os vocabulários controlados, como tesouros, glossários, dicionários, taxonomias e ontologias, já foram ou estão sendo construídos, com o intuito de representar os sistemas para processar, recuperar e disseminar a informação. Podemos citar o caso dos Tesouros de Folclore e Cultura Popular Brasileira do IPHAN<sup>1</sup>, o *Thesaurus* Brasileiro da

---

<sup>1</sup> IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Autarquia de esfera Federal, responsável pela preservação do patrimônio cultural.

Educação BRASED – INEP<sup>2</sup> e o Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação. Tão logo, iniciativas de projetos de preservação digital foram encontradas no percurso da pesquisa, como o Glossário de Preservação Digital da Rede Cariniana – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), disponível na página da plataforma de serviços de preservação digital, o Glossário de Documentos Arquivísticos Digitais da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CONARQ) e o Projeto InterPARES, que tem contribuição de vários países.

O estudo dos termos domina o assunto sobre os conceitos do tema em questão. Segundo Andrade (2001, p. 193), “termos são unidades sógnicas distintivas e significativas ao mesmo tempo, que se apresentam de forma tão natural no discurso especializado quanto as palavras, nos discursos que se valem da língua comum como forma de expressão” e assumem um estilo de dimensão cognitiva e linguística.

Krieger e Finatto (2017, p. 79) argumentam que

[...] um termo é elemento da linguagem em funcionamento, dada a sua presença em textos e em discursos especializados, é também determinante da visão de que a gênese das unidades lexicais terminológicas está relacionada a uma série de componentes de natureza semiótica, pragmática e ideológica que presidem os processos comunicacionais.

Segundo Krieger e Finatto (2017, p. 78), quando os termos são formados por mais de uma palavra, enquadram-se como uma unidade terminológica, em que a Terminologia é um termo considerado polissêmico: “o conhecimento unânime do papel do componente conceitual na constituição do fenômeno terminológico explica o fundamento onomasiológico que preside a gênese das Terminologias”. Lara (2004, p. 235) afirma que, “como um termo polissêmico, a Terminologia se refere tanto à teórica e metodológica como à Terminologia concreta.”

Díaz defende que as competências informacionais se configuram, de maneira holística e sistêmica, como uma série de habilidades, conhecimentos e atitudes que o sujeito precisa ter no contexto da sociedade da informação, o que torna necessária para pesquisar determinada temática. Essas competências são:

[...] **saber** (conjunto de conhecimentos e experiências, dependem totalmente do portador do conhecimento); **saber conhecer** (depende totalmente do portador do conhecimento); **saber fazer** (habilidades técnicas, sociais e cognitiva, dependem totalmente do portador do conhecimento); **saber ser** (amplitudes, é o ponto aonde se unem os interesses individuais com os interesses organizacionais); **saber ser com os demais** (é o ponto onde se unem os interesses individuais com os interesses organizacionais); **saber estar** (aspectos motivacionais de caráter internos e externos, é o ponto onde se unem os interesses individuais com os interesses organizacionais) [...] (DÍAZ, 2008, p. 109, tradução e destaques nosso).

No campo conceitual, a compreensão da política de preservação digital, como acontece na

---

<sup>2</sup> INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Autarquia de esfera Federal, pertencente ao Ministério da Educação.

Linguística, tem a finalidade de provocar uma bagagem de conhecimentos. Krieger e Finatto (2017, p. 80) afirmam que o

[...] termo compreende tanto uma vertente conceitual, expressando conhecimento e fundamentos dos saberes, quanto uma face linguística, determinando sua naturalidade e integração aos sistemas linguísticos, além dos aspectos que se agregam a suas funcionalidades comunicacionais básicas: fixar e favorecer a transferência do conhecimento.

A produção do saber dessa unidade terminológica é um componente necessário da Linguística. Entender essas propriedades cognitivas é um grande desafio ao se fazer um trabalho terminológico. Por essa razão, é preciso preparo para conhecer as funcionalidades do objeto de estudo.

#### 4 MATERIAIS E MÉTODOS

O processo de pesquisa é, essencialmente, um “artesanato intelectual”, de acordo com Deslandes (2009), e na visão de Gondim e de Lima (2006, p. 14), é uma “atividade artesanal, isto é, um trabalho em que está presente a marca do autor. Deve-se voltar a atenção, inicialmente, para o pesquisador”. É nessa arte de tecer o capital intelectual, que, para se iniciar um processo de investigação, é necessário utilizar ferramentas que sirvam de suporte em todo o processo investigativo de uma pesquisa científica.

De acordo com os objetivos, este estudo se enquadra tanto como pesquisa documental quanto bibliográfica. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 183), esse tipo de pesquisa “abrange a bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado”. Pesquisas desse tipo consistem em levantar os materiais já publicados, com o intuito de verificar as publicações técnicas para organizar e sistematizar os dados na estruturação do objeto de estudo.

Para realizar este estudo, recorreu-se à abordagem qualitativa, porque possibilita categorizar e organizar os conceitos segundo o entendimento dos pesquisadores. Para Paugam (2015, p. 175), esse tipo de abordagem “é mobilizada ao longo de toda reflexão e análise. O material qualitativo permite “pousar um olhar sobre o campo no qual se desenrola o cenário da pesquisa”.

No processo de compilação, procurou-se a interação dos conceitos atribuídos ao domínio do termo e autores e organizações que disponibilizaram glossários em suas publicações. O tipo da pesquisa terminológica é descritivo. Segundo Aubert (2001), esse tipo de pesquisa pode se apresentar de maneira *pontual*, para solucionar problemas específicos, e a *temática*, para fazer o levantamento de vocabulários de determinada área. Sampieri, Collado e Lúcio (2006) afirmam que esse tipo de pesquisa descreve as variáveis dos fenômenos que acontecem em situações que se analisem.

Para compor o quadro terminológico da pesquisa, reuniram-se documentos e bibliografias

que contribuíssem, de forma holística e colaborativa, com termos e conceitos que servissem de aporte teórico e técnico-científico, para se entender como os autores abordam cada termo e como essa compreensão varia de acordo com o local de estudo. Esses locais foram escolhidos porque a ferramenta de pesquisa é uma fonte ampla de trabalhos acadêmicos, e os órgãos investigados são uma referência em pesquisas voltadas para o tema.

Foram investigadas 13 fontes informacionais: o *Google Scholar*; a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), o Arquivo Nacional, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), a *International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems* (InterPARES), o Parliamentary Archives (Reino Unido), a UK Data Archive (Reino Unido), a British Library (Reino Unido), a *United Nations Education, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), o *Archivo General de la Nación* (México) e a *Society of American Archivists* (SAA).

Em âmbito de busca, os trabalhos foram selecionados na ferramenta de pesquisa *Google Scholar*, que abrange bibliografias acadêmicas, através dos termos ‘Política de preservação’ and ‘Preservação digital’, de que retornaram 756 trabalhos, alguns dos quais se repetiam. Refinado o período específico de busca entre 1990 e 2019, retornaram 723. Esse período foi escolhido a partir do momento em que as tecnologias começaram a migrar, paulatinamente, no Brasil. Depois, os trabalhos foram analisados de acordo com as palavras dos termos. Apenas sete foram considerados relevantes.

A próxima etapa consistiu em fazer um levantamento das instituições que vêm desenvolvendo pesquisas sobre o tema. A busca foi feita analisando-se as políticas e os glossários nacional e internacional. A escolha da Fiocruz se justifica porque a instituição trabalha com o desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas. Das sete políticas encontradas em suas publicações documentais, uma é voltada para a “*Política de preservação dos acervos científicos e culturais da Fiocruz*”. O IBICT integra a Rede Cariniana e tem como produto, em sua plataforma digital, um glossário sobre a preservação digital. O Arquivo Nacional é um órgão com uma série de publicações técnicas. Das 27 identificadas, uma foi selecionada. Vinculado ao CONARQ, a Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE), no Brasil, tem um glossário de documentos arquivísticos digitais. O ITI é uma autarquia responsável por emitir certificação de identificação virtual através da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira, em cujas publicações há um glossário voltado para a área.

No âmbito internacional, a escolha da InterPARES se justifica porque esse projeto atua de forma colaborativa com pesquisadores de outros países, no desenvolvimento de metodologias e teorias para a preservação digital. Atualmente esse projeto se encontra na quarta fase e tem a

colaboração do *International Council on Archives* (ICA). Foram investigados dois glossários, e dos oito módulos de publicação, foi selecionado um.

A Unesco é um órgão que tem contribuído para o desenvolvimento de pesquisas sobre a preservação digital. Para esta pesquisa, foi encontrado um *Manual de Terminologia*. No *Archivo General de la Nación* (México), foram encontradas 13 publicações, entre elas, oito módulos da série de temas fundamentais sobre a preservação digital, elaborados a partir dos projetos da ICA e da InterPARES. Porém só foi escolhido um para a pesquisa. A SAA que, desde 1936, publica uma diversidade de assuntos arquivísticos, da América do Norte, é uma associação profissional que integra em sua página um glossário terminológico de arquivos e registros e dispõe para *download* um dicionário terminológico elaborado por Pearce-Moses. No Arquivo Parlamentar do Reino Unido, eles coletam, preservam e publicam os documentos, entre eles, a PPD. A *UK Data Archive* é um repositório de armazenamento de dados, cujas publicações há uma política de preservação de arquivos de dados. Para finalizar, a *British Library* é uma das maiores bibliotecas britânicas que contém a *Estratégia de preservação digital da Biblioteca*.

Para entender bem mais os termos selecionados, apresenta-se a definição de glossário, que “é um vocabulário afeito a uma área específica do conhecimento, que envolve definições conceituais, dispostas em ordem alfabética” (E-ARQ BRASIL, 2011, p.38).

Os profissionais da informação têm apresentado diversas maneiras de interpretar os termos da Terminologia voltados para a área tecnológica. Esses tipos de usuários específicos emanados da memória tecnológica facilitam a comunicação em relação aos objetos digitais. É na estruturação dessa Terminologia de termos descritos na literatura científica, cujo público-alvo são estudantes e pesquisadores de áreas afins, que resultará como produto das nomenclaturas um glossário, que é uma ferramenta de auxílio profissional.

A Terminografia, que tem como prática a Terminologia, além de organizar dados de um domínio e subdomínio, tem como produtos bases de dados, glossários e dicionários, formulados por pesquisadores por meio de levantamento sistemático de dados, os quais reúnem termos de uma área específica e desenvolvem o produto, como será visto adiante.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da pesquisa indicaram que, dos 13 locais investigados, somaram-se 789 publicações, o que resultou em 21 trabalhos selecionados considerados relevantes. Como perceptível, a análise e a delimitação basilar possibilitaram estruturar 35 termos e 54 conceitos; 19 termos para as políticas; nove, para preservação; e seis diretamente ligados à preservação digital. Para entender bem mais esse processo, também se destacaram outros termos das definições. De acordo com os resultados da pesquisa, existem autores que definem o termo de igual modo, e outros

tendem a uma abordagem mais diferenciada.

No campo terminológico, podem-se juntar os termos e os conceitos que proporcionem as bases centrais de determinada temática. Nesse caso, trata-se do ramo das tecnologias digitais, propriamente o documento digital, como forma de conhecimento científico e específico das legítimas nomenclaturas relativas ao assunto, que sirvam de auxílio para o que for preciso nos esclarecimentos sobre os termos.

No quadro 1, apresenta-se uma lista de termos incorporados da literatura, considerados relevantes e colhidos no processo de pesquisas referentes à PPD, tanto de publicações brasileiras quanto estrangeiras. A lista de termos se encontra nos idiomas inglês e português. As breves definições foram extraídas de trabalhos científicos, de glossários e de publicações técnicas, que serviram para que atuantes da área refinassem o nível de conhecimento em relação à adequação das palavras aos mais variados sentidos que a Terminologia proporciona.

**Quadro 1 - Glossário de termos da Política de Preservação Digital**

<b>Termos em português e em inglês</b>	<b>Definição</b>
<b>Política/Policy</b>	Uma <b>declaração formal</b> de direção ou orientação sobre a forma como uma organização irá desempenhar seu mandato, suas funções ou atividades, motivada por interesses ou programas determinados. ( <i>InterPARES Project Glossary</i> , 2008, p. 35)
	<b>Declaração formal</b> que incorpora as metas e os objetivos de uma organização, geralmente durante um período específico de doação, dez ou mais anos. É a estaca zero da intenção de gerir que será referida durante os processos de planejamento e tomada de decisão. Para que uma política seja efetiva, os recursos ou os objetivos da organização devem ser revisados constantemente e atualizados para garantir que se mantém realista e adequada. (Chapman, 1990, p. 2)
	Uma <b>série de regras e princípios</b> que orientam a tomada de decisões e ações para alcançar os resultados desejados para uma questão ou finalidade específica. ( <i>Archivo General de la Nación</i> , 2017, p.18)
	Uma <b>expressão oficial</b> de princípios que direcionam as operações de uma organização. (Pearce-Moses, 2005, p. 300)
<b>Política de acesso/Access policy</b>	<b>Princípios ou procedimentos</b> que controlam as condições sob as quais os indivíduos têm permissão e capacidade de consultar as explorações de um repositório. (Pearce-Moses, 2005, p.3)
<b>Política de acesso e uso/Access and use policy</b>	Responsável por <b>definir as formas possíveis de uso</b> e como os documentos podem ser usados pela comunidade. (Baggio, 2016, p.119)
<b>Política de aquisição/Procurement policy</b>	<b>Declaração oficial</b> emitida por um arquivo ou repositório de manuscrito identificando os tipos de material que aceita as condições ou termos que afetem sua aquisição. Serve como um documento básico para orientar o pessoal de arquivo e de organizações e pessoas interessadas em doar seus registros. (Pearce-Moses, 2005, p.8)
<b>Política de desenvolvimento de coleções/Collection Development Policy</b>	<b>Instrumento norteador</b> das decisões dos bibliotecários em relação à seleção do material a ser incorporado ao acervo e à administração dos recursos financeiros. (Baggio, 2016, p.102)
<b>Política de direitos autorais/Copyright policy</b>	Refere-se à <b>posse e aos direitos</b> sobre os trabalhos produzidos e distribuídos eletronicamente e por meio impresso. (Baggio, 2016, p.97)
<b>Política de documento de arquivo/Archive document policy</b>	Deve <b>abordar e expressar</b> separadamente as questões da fiabilidade e executar a autenticidade dos documentos de arquivo ( <i>InterPARES</i> , 2013, p.12).

<b>Política de funcionamento/Operating Policy</b>	É concebida em <b>forma de um documento</b> e contém todas as regras do repositório, o que deve refletir a política de informação da instituição. (Baggio, 2016, p.79)
<b>Política de gerenciamento de dados de pesquisa/Search data managemeny policy</b>	Um <b>documento escrito</b> apoiado pela administração, que descreve a política e fornece orientações para garantir que sejam utilizados padrões adequados, diretrizes e estratégias comuns, fornecendo vínculos e consistência com outros sistemas similares e promovendo uma rede verdadeira em uma organização que produz dados. (Glossário da Rede Cariniana, 2018)
<b>Política de informação/Information policy</b>	<b>Cobre os objetivos, as diretrizes, as práticas e as intenções organizacionais</b> que servem para fortalecer as decisões locais. (Baggio, 2016, p.82)
<b>Política de preservação/Preservation policies</b>	Deverá <b>descrever claramente as estratégias</b> adaptadas para assegurar a preservação dos materiais em cada um dos níveis de abstração que podem ser considerados, como físico, lógico, e conceptual, mas também níveis superiores, como o social, o econômico e o organizacional. (Ferreira, 2006, p.66)
<b>Política de preservação de documentos digitais de arquivo/Digital archive document preservation policy</b>	<b>Estabelece os princípios</b> gerais que guiam a implantação de um programa de administração e preservação de documentos digitais de arquivo e assegura sua confiabilidade, autenticidade e acessibilidade no espaço e ao longo do tempo. ( <i>Archivo General de la Nación</i> , 2017, p.37)
<b>Política de preservação digital/Digital preservation policy</b>	<b>Instrumento institucional</b> por meio do qual os órgãos e as entidades definem sua visão sobre a preservação desses documentos. Abrange princípios gerais, diretrizes e responsabilidades que orientem a elaboração de programas, projetos, planos e procedimentos, com vistas a preservar e acessar documentos arquivísticos digitais autênticos. (Arquivo Nacional, 2019, p.4)
	<b>Orienta sobre a administração</b> de documentos de arquivamento digital que devem ser retidos por períodos que podem exceder o tempo de vida da tecnologia que os criou. ( <i>Archivo General de la Nación</i> , 2017, p.38)
	Serve como <b>orientação legal para gerir a preservação</b> e ter acesso permanente aos objetos digitais produzidos, selecionados e armazenados por suas respectivas empresas ou instituições e visa superar a obsolescência tecnológica dos objetos e dos próprios suportes. (Silva Júnior; Mota, 2012, p.51)
<b>Política de preservação digital/Digital preservation policy</b>	Deve <b>definir para cada tipo de objeto digital</b> um conjunto de normas e procedimentos que assegurem a autenticidade, garantam os direitos do produtor (autor) e possibilitem o acesso ao seu conteúdo durante todo o ciclo de vida do objeto digital. (Grácio; Fadel; Valentim, 2013, p.118)
	<b>Conjunto de diretrizes</b> destinadas a definir a proteção adequada dos ativos produzidos pelos Sistemas de Informação das Entidades. (Glossário ICP-Brasil, 2007, p.37)
<b>Política institucional/Institucional policy</b>	<b>Envolve diretrizes e princípios</b> gerais que definem parâmetros a serem seguidos nas ações e nas estratégias da instituição no cumprimento de sua missão, para alcançar a visão dentro dos limites éticos estabelecidos por valores compartilhados. (Arquivo Nacional, 2019, p.23)
<b>Política de conteúdos/Content policies</b>	<b>Os repositórios podem armazenar</b> informação científica, didática, burocrática e as disseminadas pelos recursos multimídia. (Baggio, 2016, p.104)
<b>Política de gestão arquivística de Documentos/Document archive management policy</b>	Deve ser <b>formulada com base na análise do perfil institucional</b> , isto é, de seu contexto jurídico-administrativo, a estrutura organizacional, a missão, as competências, as funções e as atividades, de forma que os documentos produzidos sejam os mais adequados, completos e necessários. (e-ARQ Brasil, 2011, p.19)
<b>Política de submissão/Submission policies</b>	Refere-se à <b>descrição das informações</b> contidas nos documentos, quais são obrigados a ser descritos e quem irá descrevê-los. Sua função é de descrever o recurso ou objeto informacional, para que ele possa ser identificado, localizado, recuperado, manipulado e usado. (Baggio, 2016, p.108)
<b>Política para repositórios institucionais/Policies for institutional repositories</b>	<b>Norteia os objetivos e as atividades</b> desenvolvidas em uma instituição e são importantes instrumentos que estabelecem o funcionamento dos processos gerenciais. (Baggio, 2016, p.74)

<b>Preservação/</b> <i>Preservation</i>	<b>Envolve medidas e ações</b> definidas, com o objetivo de salvaguardar os acervos científicos e culturais e garantir sua integridade e acessibilidade para as gerações presentes e futuras. Inclui ações de identificação, catalogação, descrição, divulgação, conservação e restauração. (Fiocruz, 2018, p.12)
	<b>Conjunto de princípios, políticas, regras e estratégias</b> que visam prolongar a existência de um objeto, mantendo-o em condições de utilização adequadas, quer em seu formato original, quer num formato mais persistente, deixando intacta a forma intelectual do objeto. ( <i>InterPARES Project Glossary</i> , 2008, p.36).
	<b>Processo</b> que se inicia na produção dos documentos arquivísticos, digitais ou não digitais, e perpassa todo o seu ciclo de vida. (Arquivo Nacional, 2019, p.12)
	<b>Aspecto da preservação</b> que busca garantir a integridade contínua das manifestações existentes de um recurso. ( <i>Parliamentar Archives</i> , 2009, p.16)
<b>Preservação ativa/Active</b> <i>preservation</i>	É uma <b>forma de preservação digital</b> que visa garantir acessibilidade e uso contínuos de informações eletrônicas através da intervenção ativa da migração de formatos. ( <i>UK Data Archive</i> , 2019, p.12)
<b>Preservação da tecnologia/Preservation of</b> <i>technology</i>	Esta <b>estratégia</b> consiste, essencialmente, em conservar e manter todo o <i>hardware e software</i> necessários à correta apresentação dos objetos digitais. (Ferreira, 2006, p.32)
<b>Preservação de conteúdo/Preservation of</b> <i>contente</i>	Essa forma de preservação <b>visa garantir a acessibilidade contínua</b> dos recursos digitais ao longo do tempo, em face da mudança tecnológica, através de intervenção ativa. ( <i>Parliamentar Archives</i> , 2009, p.8)
<b>Preservação dos documentos arquivísticos digitais/Digital</b> <i>document preservation</i>	Deve contemplar o <b>planejamento quanto às potencialidades das tecnologias de informação e comunicação</b> envolvidas e os procedimentos necessários à conformidade legal e normativa institucional dos documentos produzidos, aí incluídos os sistemas informatizados que gerenciarão esses documentos. (Santos, 2012, p.118)
<b>Preservação de fluxo de bits/Bit-</b> <i>stream preservation</i>	Essa forma de preservação visa <b>manter as manifestações de um recurso digital</b> . Sua função é de garantir a integridade contínua e o acesso controlado aos objetos digitais contidos no ambiente de armazenamento de preservação, incluindo os metadados associados. ( <i>Parliamentar Archives</i> , 2009, p.8)
<b>Preservação de objeto persistente/Preservation of</b> <i>persistent object</i>	<i>Técnica</i> empregada para garantir que os registros eletrônicos permaneçam acessíveis, tornando-os autodescritivos de maneira independente de hardware e software específicos. (Pearce-Moses, 2005, p.291)
<b>Preservação digital/Digital</b> <i>preservation</i>	O <b>conjunto de processos, atividades e gerenciamento</b> de informações digitais ao longo do tempo para garantir acessibilidade em longo prazo. Devido ao ciclo de vida relativamente curto da informação digital, a preservação é um processo contínuo. (Glossário da Rede Cariniana, 2018)
	<b>Conjunto de ações</b> que engloba tanto os procedimentos técnicos, quanto os aspectos políticos e administrativos que são condicionantes para propiciar sua execução, destinadas a manter os pressupostos de autenticidade, confiabilidade e acessibilidade dos acervos digitais ao longo do tempo com todas as suas características físicas, lógicas e conceituais. (Fiocruz, 2018, p.47 e 48)
	Uma <b>série de atividades</b> gerenciadas necessárias para garantir acesso duradouro a versões do conteúdo de materiais digitais pelo tempo que for necessário. ( <i>UK Data Archive</i> , 2019, p.13)
<b>Preservação digital de longo prazo/Long-term digital</b> <i>preservation</i>	O <b>ato de manter informação</b> , de forma correta e independente, em longo prazo. Informação armazenada independentemente, que tem documentação suficiente para permitir que seja interpretada e usada por uma comunidade sem necessidade de recursos especiais obsoletos. Requer procedimentos específicos e técnicas apropriadas para cada tipo de formato e mídia. Com ela, pretende-se garantir a inalterabilidade dos registros digitais. (Márdero Arellano, 2008, p.353)

	O <b>ato de preservar objetos digitais</b> de forma que ela possa ser entendida pelos usuários em longo prazo. (Boeres, 2004, p.167)
<b>Cadeia de preservação/Chain of preservation</b>	<b>Conjunto de procedimentos e controles</b> empregados no desenvolvimento das atividades de produção, manutenção, destinação e preservação dos documentos arquivísticos digitais bem como seu registro. (Arquivo Nacional, 2019, p.7)
	<b>Sistema de controles</b> que se estende por todo o ciclo de vida dos documentos, a fim de assegurar sua autenticidade ao longo do tempo. (CONARQ, 2016, p.12)
<b>Crítérios de preservação digital/Digital preservation criteria</b>	<b>Conjunto de atividades</b> que determinam a manutenção de coleções digitais. A maioria das propostas de critérios que vem surgindo menciona a influência do modelo de referência OAIS/SAAI e define as funções dos repositórios, os processos e procedimentos, a comunidade-alvo, a usabilidade da informação, as tecnologias e a infraestrutura técnica. Usados em procedimentos de auditoria e modelos de certificação. (Márdero Arellano, 2008, p.351)
<b>Estratégia de preservação/Preservation strategy</b>	É uma <b>abordagem técnica</b> específica para preservar materiais digitais. (UK Data Archive, 2019, p.14)
	<b>Conjunto coerente de objetivos e métodos</b> para a manutenção de componentes digitais e informação ao longo do tempo e para reproduzir os registros relacionados e/ou arquivos agregações. (InterPARES Project Glossary, 2002, p.10)
<b>Estratégia de preservação digital/Digital preservation strategy</b>	<b>Tipo de abordagem</b> que possibilita o acesso contínuo à informação em formato digital. Esquemas técnicos e conceituais para identificar as partes integrantes do processo de preservação digital, assim como padronização em modelos de referência. (Márdero Arellano, 2008, p.352)
	<b>Identifica as principais atividades</b> necessárias para sustentar o valor de nossas coleções digitais nos próximos anos. Um dos objetos principais é o de substituir nossas atuais tecnologias digitais de infraestrutura de repositório e preservar nosso conteúdo de coleção digital dentro de um novo repositório digital dinâmico e em larga escala. (The British Library, 2017, p.2)
	<b>Abordagem técnica</b> que garante o acesso continuado à informação existente em formatos digitais. (Ferreira, 2006, p.69)
<b>Metadados de preservação/Preservation metadata</b>	<b>Destinam-se a apoiar e facilitar a retenção</b> em longo prazo de informações digitais.” (UK Data Archive, 2019, p.14)
	<b>Informação sobre um objeto</b> usado para proteger o objeto de danos, ferimentos, deterioração ou destruição. (Pearce-Moses, 2005, p.306)
	<b>Atributos especiais de dados</b> ou documentos geralmente descritivos relacionados ao conteúdo do documento, ao seu contexto e à estrutura no momento de sua criação assim como das mudanças acontecidas em todo o seu ciclo de vida. (Glossário da Rede Cariniana, 2018)
<b>Planejamento de preservação/Preservation planning</b>	<b>Um processo contínuo</b> que planeja preservar material ao longo de seu ciclo de vida. As ações de preservação devem ser planejadas – e depois realizadas – para assegurar que a natureza autorizada do material digital seja protegida em longo prazo. Tais ações incluem validação, atribuição de metadados de preservação, atribuição de informações de representação e garantia de estruturas de dados aceitáveis ou formatos de arquivos. (Glossário da Rede Cariniana, 2018)
<b>Sistemas de preservação digital/Digital preservation systems</b>	<b>Demandam abordagens e soluções</b> multidisciplinares. (Márdero Arellano, 2008, p.42)

Fonte: Elaborado pelas autoras - 2020

O quadro 1 apresenta as abordagens da linguística selecionada e demonstrada na estrutura de uma Terminologia, haja vista que, como produto, o glossário é uma ferramenta de domínio técnico do conhecimento, cujo uso evita uma interpretação equivocada, e cuja organização enquadra cada termo de acordo com o contexto. Entretanto, o objetivo desse glossário é de provocar um nível de

reflexão nessa linha temática de pesquisa, como se percebe nos destaques de cada conceito, entre o que pode ser considerado e o que pode ser estabelecido no nível de estruturação. Então, reitera-se a magnitude de termos que poderão ser propostos minuciosamente para pesquisas futuras.

Cada termo contribui de forma positiva alinhada com as atribuições de cada conceito, visto que esse quadro representa uma ferramenta no processo de informação, difusão, conhecimento e compartilhamento de saberes, que direciona a um único propósito: o de promover conhecimento científico.

## 6 CONCLUSÃO

Considerando as análises realizadas e deparando com os termos, constatou-se que a Terminologia não se limita a fazer normalização, mas também a mostrar as funções que os termos tendem a desempenhar. Nesse sentido, os termos representam uma situação real de uso, em cada domínio da especialidade linguística, sempre atentando para uma ótica centrada na análise sintática e na semântica das aplicações terminológicas. Todavia, o termo ‘preservação digital’ é exclusivo de materiais criados ou convertidos em formato digital, e o suporte da tecnologia é a porta de entrada para o direcionamento a esse tipo de pesquisa.

Reitera-se que estruturar esse glossário ajudou a entender os diálogos concomitantemente na linha de pensamento de pesquisadores e os impactos desses termos com mais objetividade nas definições de cientistas, como uma forma de dialogar mais amplamente com os profissionais da área no Brasil e nos demais países.

Nesse ínterim, no que diz respeito aos objetivos, a pesquisa procurou mostrar subsídios teóricos da Terminologia e da PPD, ao proporcionar uma reflexão nesse campo tecnológico, em relação ao saber fazer e fazer saber na atual conjuntura em que a informação está inserida. É necessário predispor de muitas leituras e pesquisas para adequar os termos e os padrões de linguagem à realidade da Ciência da Informação, da Biblioteconomia, da Arquivologia e de tecnologias afins, para se aproximar de um contexto mais filtrado da área de especialidade.

Enfim, pode-se afirmar que há um longo caminho a percorrer para criar uma Terminologia sólida de determinada área de domínio da Linguística, mais precisamente, estruturar um glossário. Essa é uma tarefa árdua, porque é preciso reunir a literatura nacional e a internacional e filtrar os conceitos mais pertinentes voltados para a área de atuação. Ainda há muito diálogo epistemológico nesse espaço informacional, já que esse é um tema que não se esgota. Espera-se que este estudo seja a ponte para que outras pesquisas sejam desenvolvidas sob outra ótica e com outros direcionamentos para encontrar definições mais adequadas para os termos da área.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. Lexicologia e Terminologia: definições, finalidades, conceitos operacionais. *In: OLIVEIRA, A. M. P; ISQUERDO, A. N. (Org.). As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia*. 2. ed. Campo Grande: Editora UFMS, 2001.

ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN (México). Desarrollo de políticas y procedimientos para la preservación digital. **Serie: Temas fundamentales de preservación digital**. [Trad. BERNARD, A; DELGADO, A; VOUTSSÁS, J.]. 2017. Disponível em: [https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/228990/InterPARES\\_2\\_020617.pdf](https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/228990/InterPARES_2_020617.pdf). Acesso em: 20 fev. 2020.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Recomendações para elaboração de política de preservação digital**. Coordenação-geral de gestão de documento. Rio de Janeiro; 2019. Disponível em: [http://arquivonacional.gov.br/images/Politica\\_presercacao\\_digital.pdf](http://arquivonacional.gov.br/images/Politica_presercacao_digital.pdf). Acesso em: 16 fev. 2010.

AUBERT, F. H. **Introdução à metodologia da pesquisa terminológica bilíngue**. 2. ed. – São Paulo: FFLCH/CITRAT, 2001.

BAGGIO, C. C. **Análise das políticas de informação dos repositórios institucionais das Universidades Federais do Brasil**. 2016. 352f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2016.

BARBOSA, M. A. Lexicologia, lexicografia, Terminologia, terminografia, identidade científica, objeto, métodos, campos de atuação. **Anais...** Brasília: Cnpq/Ibict, 1992.

BARROS, L. A. **Curso Básico de Terminologia**. São Paulo: EDUSP. 2004.

BOERES, S. A. A. **Política de preservação da informação digital em bibliotecas universitárias brasileiras**. 2004. 180f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

BRITISH LIBRARY. **Digital preservation strategy**. Disponível em:

[http://www.bl.uk/aboutus/stratpolprog/collectioncare/digitalpreservation/strategy/BL\\_DigitalPreservationStrategy\\_2013-16-external.pdf](http://www.bl.uk/aboutus/stratpolprog/collectioncare/digitalpreservation/strategy/BL_DigitalPreservationStrategy_2013-16-external.pdf). Acesso em: 15 fev. 2020.

CABRÉ, M. T. **La Terminologia: teoria, metodologia, aplicaciones**. Barcelona, Antártida/Empúries, 1993.

CABRÉ, M. T. La Terminologia hoy: concepciones y aplicaciones. **Ciência da Informação**, [S.I.], v. 24, n. 3. 1995. ISSN 1518-8353. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/567/568>. Acesso em: 18 abr. 2020.

CABRÉ, M. T. **La Terminología, una disciplina en evolución: pasado, presente y algunos elementos de futuro**. Debate terminológico, v. 12, n. 1, p. 411-415, 2005. Disponível em: [file:///C:/Users/user/Downloads/21286-78281-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/user/Downloads/21286-78281-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 17 fev. 2020.

CABRÉ, M. T. **La Terminologia: representación y comunicación**. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 1999.

CABRÉ, M. T. Theories of terminology: their description, prescription and explanation. **Terminology**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, v. 9, n.2, pp. 163-200, 2003.

CERVANTES, B. M. N. **Contribuição para a Terminologia do processo de inteligência competitiva**: estudo teórico e metodológico. 2004. 183f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004.

CHAPMAN, P. **Guidelines on preservation and conservation policies in the archives and libraries heritage**. Paris: Unesco, 1990. Disponível em: <https://udoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086345>. Acesso em: 17 fev. 2020.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. (CIA). **Documentos de Arquivo Eletrônicos: Manual para Arquivistas**. Lisboa: Torre do Tombo, D.L. 2005. (CIA Estudo n.16). Manual de Arquivos Eletrônicos. 2005. Disponível em: [https://www.ica.org/sites/default/files/ICA\\_Study-16-Electronic-records\\_PT.pdf](https://www.ica.org/sites/default/files/ICA_Study-16-Electronic-records_PT.pdf). Acesso em: 18 abr. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (BRASIL). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. **e-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. Disponível em: [https://conarq.gov.br/images/publicacoes\\_textos/earqbrasil\\_model\\_requisitos\\_2009.pdf](https://conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/earqbrasil_model_requisitos_2009.pdf). Acesso em: 10 fev. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (BRASIL). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. **Glossário**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: [https://http://conarq.gov.br/images/ctde/Glossario/2016-CTDE-Glossario\\_V7\\_public.pdf](https://http://conarq.gov.br/images/ctde/Glossario/2016-CTDE-Glossario_V7_public.pdf). Acesso em: 10 fev. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (BRASIL). **Carta para a preservação do Patrimônio Arquivístico Digital Brasileiro**: Preservar para garantir acesso. 2005. Disponível em: [http://conarq.gov.br/images/publicacoes\\_textos/Carta\\_preservacao.pdf](http://conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/Carta_preservacao.pdf). Acesso em: 18 abr. 2020.

DAHLBERG, I. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/115/115>. Acesso em: 02 maio 2020.

DESLANDES, S. F. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. São Paulo: Petrópolis: Vozes, 2009.

DIAS, C. A. Terminologia: conceitos e aplicações. **Ciência da Informação**, v. 29, n. 1, 2000. DOI: 10.18225/ci.inf.v29i1.902.

DÍAZ, M. S. Las competencias desde la perspectiva informacional: apuntes introductorios a nivel terminológico y conceptual, escenarios e iniciativas. **Ciência da Informação**, v. 37, n. 1, p. 107-120, 2008.

FELBER, H. **Terminology Manual**. General Information Programme and UNISIST - International Information Centre for Terminology. Paris: Unesco: Infoterm, 1984. XXI, 426p.

FERREIRA, Miguel. **Introdução à preservação digital**: conceitos, estratégias e actuais consensos. Guimarães, Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Política de preservação dos acervos científicos e culturais da Fiocruz**. Fundação Oswaldo Cruz. – Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2018.

GONDIM, L. M. P.; LIMA, J. C. A pesquisa como atividade “artesanal”. *In: A pesquisa como artesanato intelectual: considerações sobre método e bom senso.* São Carlos: EdUFSCar, 2006.

GRÁCIO, J. C. A.; FADEL, B.; VALENTIM, M. L. P. Preservação digital nas instituições de ensino superior: aspectos organizacionais, legais e técnicos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 111–129, 2013. DOI: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-99362013000300008&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362013000300008&lng=pt&tlng=pt).

HEDSTROM, Margare; MONTGOMERY, Sheon. **Digital Preservation Needs and Requirements in RLG Member Institutions.** California: Research Libraries Group, 1998. Disponível em: <https://docplayer.net/8456182-Digital-preservation-needs-and-requirements-in-rlg-member-institutions.html>. Acesso em: 11 abr. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT. **Glossário de preservação digital da Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital – Rede Cariniana.** Brasília: IBICT, 2018. Disponível em: <http://cariniana.ibict.br/index.php/2016-02-19-18-56-47>. Acesso em: 04 abr. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Brasil). **Glossário ICP-Brasil.** Versão 1.2. 2007. Disponível em: [http://www.iti.gov.br/images/repositorio/consulta-publica/encerradas/Glossario\\_ICP\\_Brasil\\_Versao\\_1.2\\_novo-2.pdf](http://www.iti.gov.br/images/repositorio/consulta-publica/encerradas/Glossario_ICP_Brasil_Versao_1.2_novo-2.pdf). Acesso em: 10 fev. 2020.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 704-2000.** Terminology work – Principles and methods- 2. ed. General. Geneva/Switzerland: ISO, 2000. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/490906/mod\\_resource/content/1/ISO%20704.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/490906/mod_resource/content/1/ISO%20704.pdf). Acesso em: 04 abr. 2020.

INTERNATIONAL RESEARCH ON PERMANENT AUTHENTIC RECORDS IN ELETRONIC SYSTEMS, THE. InterPARES 2 Project. **A controlled vocabular of terms used in the InterPARES 2 Project.** University of British Columbia. Vancouver, Canadá, n. 2, v. 1, 2002. Disponível em: InterPARES Glossary 2002-1.pdf. Acesso em: 02 abr. 2020.

INTERNATIONAL RESEARCH ON PERMANENT AUTHENTIC RECORDS IN ELETRONIC SYSTEMS, THE. **Glossary.** Experimental, Interactive and Dynamic Records. Canadá. InterPARES 2 Project, 2008. Disponível em: [http://www.interpares.org/display\\_file.cfm?doc=ip2\\_book\\_glossary.pdf](http://www.interpares.org/display_file.cfm?doc=ip2_book_glossary.pdf). Acesso em: 17 abr. 2020.

INTERNATIONAL RESEARCH ON PERMANENT AUTHENTIC RECORDS IN ELETRONIC SYSTEMS, THE. **Los caminos de los documentos de archivo digitales: tópicos em preservación digital.** InterPARES 3 Project. Módulo 2: Desarrollo de Políticas y Procedimientos para la Preservación Digital. 2013. Disponível em: [http://www.interpares.org/ip3/ip3\\_products.cfm?cat=3](http://www.interpares.org/ip3/ip3_products.cfm?cat=3). Acesso em: 16 fev. 2020.

INTERNATIONAL RESEARCH ON PERMANENT AUTHENTIC RECORDS IN ELETRONIC SYSTEMS, THE. **InterPARES 3 Project.** Canadá, 2012. Disponível em: [http://interpares.org/ip3/ip3\\_terminology\\_db.cfm?status=glossary](http://interpares.org/ip3/ip3_terminology_db.cfm?status=glossary). Acesso em: 16 fev. 2020.

KRIEGER, M. G.; FINATTO, M. J. B. **Introdução à Terminologia: teoria e prática.** São Paulo: Contexto, 2017.

- LARA, M. L. G. Linguagem documentária e Terminologia. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 231-240, 2004.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MÁRDERO ARELLANO, M. A. **Critérios para a preservação digital da informação científica**. 2008. 354f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Departamento de CI, Brasília, 2008.
- MIRANDA, L. M. C. Terminologia de informática em língua portuguesa: uma análise linguística e terminológica. **Ciência da Informação**, v. 18, n. 2, 1989. DOI: 10.18225/ci.inf..v18i2.309.
- PARLIAMENTARY ARCHIVES. **A Digital Preservation Policy for Parliament**. Houses of Parliament. 1. ed, 2009. Disponível em: <https://www.parliament.uk/documents/upload/digitalpreservationpolicy1.0.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2020.
- PAUGAM, S. **Pesquisa Sociológica**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- PEARCE-MOSES, R. **A glossary of archival and records terminology**. Chicago: Society of American Archivists, 2005. (Archival fundamentals serie. II). Disponível em: <https://www2.archivists.org/glossary>. Acesso 17 fev. 2020.
- PINHEIRO, L. V. R. Processo evolutivo e tendências contemporâneas da Ciência da Informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.15, n.13-48, jan./jun. 2005.
- ROCHA, C. L. Glossário multilíngue do projeto InterPARES 3. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, Santa Catarina, n. esp., 1º sem. 2011. p.76-90. DOI: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/19572>.
- SAMPIERE, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. Tipos de pesquisa. *In: Metodologia da pesquisa*. 3 ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.
- SANTOS, V. B. Preservação de documentos arquivísticos digitais. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 41, n. 1, p. 114-116, jan./abr., 2012. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1357/1536>. Acesso em: 20 fev. 2020.
- SILVA JUNIOR, L. P.; MOTA, V. G. Políticas de preservação digital no Brasil: características e implementações. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 41, n. 1, p.51-64, jan./abr., 2012.
- UK DATA ARCHIVE. **Preservacion Policy**. Version: 11.00. 2019. Disponível em: <https://dam.data-archive.ac.uk/controlled/cd062-preservationpolicy.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2020.
- UNESCO/NLA. National Library of Austrália. **Guidelines for the preservation of digital heritage**. Australian: UNESCO: Information Society Division, 2003.

## **DIGITAL PRESERVATION POLICY TERMINOLOGY: A GLOSSARY BUILDING EXERCISE**

**Abstract:** Terminology is understood, in at least two senses: as the domain of knowledge that studies the terms adopted in the areas of specialties, and as the standardized set of terms of certain activity or profession. The objective of this article is to build a small glossary of terms and concepts related to the theme of digital preservation. As for the methodology, it is an exploratory and descriptive, research based on the study of national and international scientific literature on the theme. The empirical study was carried out in 13 informational, sources, with coverage of the research period from 1990 to 2019. The results indicated that out of 789 works, 21 were selected and considered relevant. It was possible to assemble a table with 35 terms and 54 concepts. It was concluded that studies and research concerning glossaries will contribute to the terminological structuring of professional activities and, naturally, to standardize their Terminologies to reduce interferences in the communication process. They can also contribute to develop research on digital preservation and direct other concepts and terms in the area.

**Keywords:** Digital Preservation Policy. Digital Preservation. Glossary. Terminology. Terms.

*Originals recebidos em: 05/05/2020*

*Aceito para publicação em: 24/06/2020*

*Publicado em: 30/06/2020*